

CULTURA VIVA NA AMAZONIDADE PARAENSE

Deíze Almeida Botelho¹
Alexandre Silva dos Santos Filho²

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o Programa Cultura Viva e sua relação com o processo de desenvolvimento cultural de Marabá, sudeste do Pará. Tem como objetivo, examinar a experiência do Ponto de Cultura – Galpão de Artes de Marabá – GAM, palco de discussão, reflexão e práticas dos movimentos artísticos culturais, num recorte de acontecimentos compreendidos no período de 2004 a 2011. Considera-se a dinâmica sociocultural e territorial advinda deste Ponto, bem como a diversidade cultural intercultural amazônica, estabelecida pela difusão do GAM com outros Pontos. Apresenta a premissa teórica sobre Cultura no Plural (CERTEAU, 2012), Poder Simbólico (BOURDIEU, 2012); Interculturalidade (COOL, 2006) e Diversidade Cultural Amazônica (LOUREIRO, 2005), resultando em contribuições críticas e reflexivas sobre o processo de desenvolvimento cultural local.

Palavra-chaves: Cultura. Território. Diversidade. Interculturalidade.

ABSTRACT

It is a study on Living Culture Programme and its relation to the process of cultural development of Marabá, Para southeastern. It aims to examine the experience of the Culture – Shed Arts Marabá – GAM, onstage discussion, reflection and practice of cultural artistic movements a clipping understood events from 2004 to 2011. It is considered the sociocultural and territorial dynamics arising from this point, as well as cultural diversity, intercultural Amazon established by diffusion of GAM with other points. Presents the theoretical premise of Culture in the Plural Certeau (2012), Symbolic Power in Bourdieu (2012); Interculturalism in Coll (2006) and Cultural Diversity in the Amazon Loureiro (2005), resulting in reflective and critical contributions on the process of local cultural development.

Keywords: Culture. Territory. Diversity. Interculturalism.

¹ Mestranda do Programa Dinâmicas Territoriais e Sociedades na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA. e-mail: deize.botelho@gmail.com. Membro da Comissão Paraense e Nacional de Pontos de Cultura (2010/2013). Bolsista CAPES/BRASIL.

² Orientador. Prof. Doutor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Pós-doutorando da Universidade Federal do Pará (UFPA). e-mail: alixandresantos@gmail.com

1. Introdução

O Programa Cultura Viva constitui-se em uma prática da política pública de cultura inovadora, a partir de 2004. Desenvolve uma série de ações governamentais, estabelecendo uma nova relação entre governo e sociedade civil, por meio do Ministério da Cultura do Brasil (MINC). Tem como propostas promover iniciativas socioculturais e socioambientais, denominadas de Pontos de Cultura, os quais são atuantes em todo o território nacional, tornando-se uma referência de políticas públicas no Brasil e para a América Latina.

O Programa traz em sua essência um conceito contemporâneo de cultura, compreendida como toda e qualquer manifestação do cotidiano humano individual e ou coletivo, que perpassa por todas as ações da sociedade – ocorrendo em difusão cultural, cultura de massa, política, cultura etc. Semelhante à concepção cereteuniana, significa dizer mais do que um conjunto de valores que devem ser defendidos ou ideias a serem promovidas, ainda que esta seja “a cultura [...] hoje [de] conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social”, categoriza Certeau (2012, p. 192). Por outro lado, implica também dizer que estas tarefas, não somente do âmbito intelectual, folclórico ou de valores, estão presentes na vida cultural, mas igualmente na economia, na política, na religião e na organização social, científica e jurídica.

Após 10 anos, reconhece-se o Programa Cultura Viva, como base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (SNC).³ Reafirma-se o papel dos Pontos de Cultura enquanto mediadores na relação entre governo e sociedade civil. Por conseguinte, o Programa se expandiu, orientando os entes federativos e a sociedade, em uma nova leitura e prática sobre a cultura, considerando a diversidade, a pluralidade e áreas transversais. Aprova-se a Lei Cultura Viva – Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014 (BRASIL, 2014).

A concepção do Cultura Viva nasceu junto com a concepção de Pontos de Cultura e se constitui, enquanto espaço de articulação, uma alavanca de ações culturais. Conforme Turino explica: “O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação, o Ponto de Cultura” (TURINO, 2009, p. 85).⁴ Quer dizer

³ O Sistema Nacional de Cultura (SNC) visa institucionalizar e fortalecer a gestão pública da cultura, com base num modelo que reúne a sociedade civil e os entes federativos da República-união, Estados, municípios e Distrito Federal – com seus respectivos sistemas de cultura, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração (BRASIL, 2011).

⁴ Celio Turino, historiador – Foi Secretário de Cidadania Cultural durante a gestão do Ministro da Cultura, Gilberto Gil no Governo Lula (2004-2010). Contribuiu na concepção e coordenação do Programa Cultura Viva.

que este Programa mobiliza a diversidade cultural brasileira, a fim de dar-lhe um perfil próprio e integrado ao contexto sociocultural e histórico, a partir do conjunto de Pontos de Cultura.

É nesta perspectiva que a cidade de Marabá (PA) inseriu-se no contexto do Cultura Viva, especificamente o Galpão de Artes de Marabá (GAM). O GAM, em 2005, foi reconhecido pelo Ministério da Cultura como Ponto de Cultura por meio do Convênio SPPC/Minc N°696/2005 (PARÁ, 2010). Assim, a iniciativa avança no processo de reflexões teóricas e práticas culturais, a partir das conexões estabelecidas com a rede de pontos de cultura do Brasil.

Partindo dessa reflexão, surge uma questão: qual a contribuição do Programa Cultura Viva no processo de desenvolvimento cultural amazônico, numa relação com os movimentos artísticos culturais vivenciados no ponto de cultura – Galpão de Artes de Marabá, no sudeste do Pará?

Busca-se, então, uma melhor compreensão do conceito de cultura, a fim de promover uma reflexão que esteja à altura de poder explicar a realidade vivida pelo GAM. Daí reunida algumas teorias desenvolvidas, como a de Certeau (2012), que parte da compreensão de que a cultura é plural, ou seja, que existem vozes de diferentes grupos culturais na emergência de seus discursos e devem ser ouvidos. Por outro lado, cada sinal de manifestação, gesto ou forma de comunicação é expressão explícita da minoria que busca diferentes modos de dizer algo à sociedade, como sendo proveniente de seu grupo cultural.

Com Bourdieu (2012), a questão centra-se na reflexão do poder simbólico. Parte-se do entendimento dos sistemas simbólicos, em que a arte está inserida, como estruturas estruturantes que podem exercer um poder porque estão estruturadas, influenciando no conhecimento e comunicação dos grupos, que se subsumem ao poder de construção da realidade. Tal situação cria uma dificuldade, pois as produções simbólicas acabam servindo de instrumentos de dominação, desmobilizando os grupos que buscam a legitimação de suas próprias produções culturais.

A proposta de interculturalidade em Coll (2006) perpassa, primeiramente, por considerar a cultura no sentido amplo ou abrangente, cuja designação valoriza as crenças, os mitos, o conhecimento, as instituições e as práticas culturais por meio das quais a sociedade se afirma. Além do mais, estabelece-se estreita relação com a vida tecida na realidade existencial das pessoas e comunidades, e, não apenas, é indicativo do que tange às artes, ao folclore e às crenças. Nesse sentido, a cultura se verifica em três dimensões – valores e crenças, institucionais e práticas concretas do cotidiano – e por isso que ela é diversa, pois não existe num único modelo e

ela se faz diferente porque se confronta com outras formações humanas. Daí, no posicionamento perante a diversidade cultural, se dizer que há uma necessidade de intercâmbio entre as culturas e que estas se estabelecem numa relação de diálogo entre as diferenças culturais e as civilizações. Aliás, a noção perpassa pela ideia central de interculturalidade, como sendo o encontro de duas ou mais culturas, assumindo um caráter libertador da experiência, no papel integrador das culturas que estabelecem comunicação, promovendo a diversidade cultural, na perspectiva do interculturalismo.

Com Loureiro (2005) encontra-se expressa a ideia de uma diversidade cultural amazônica, plural, que opera com múltiplas coisas da realidade, uma vez que suscita diálogos interculturais com base na cosmologia visual e narrativa dos amazônidas. Caracteriza a cultura paraense como a expressão mais profunda de uma amazonidade, isto é, do sentimento de pertencimento a uma cultura regional amazônica, que busca se legitimar pelo confronto entre as diversas identidades culturais existentes no território amazônico. Além do mais, verifica-se um diálogo intercultural, envolvendo formas provenientes da vida real e do imaginário, tornando visível a criatividade de homens e mulheres – antropofágica e histórica. Portanto, um encantamento imaginário que expressa um surrealismo tropical típico e fenomênico da tradição cultural.

O período entre 2004 a 2011 é o evidenciado nessa reflexão, pois traduz o aspecto que melhor caracteriza o deslocamento cultural e artístico. Apresentamos, temperado ao contexto local, depoimentos de personalidades, artistas e ativistas culturais, a fim de compartilhar a euforia das experiências que floresceram nesse período.

Para tanto, elabora-se um breve relato da trajetória do Cultura Viva, transcorrendo sobre os principais conceitos que o norteiam; em seguida, faz-se uma leitura do contexto amazônico e da dinâmica territorial, que prioriza a realidade do sudeste paraense, com foco na cidade de Marabá, aliada a um relato sobre a atuação do Galpão de Artes de Marabá-GAM e aos desdobramentos de ações que o tornaram uma referência local, em níveis estadual, nacional e até mesmo internacional. Finalizando, temos uma reflexão sobre as contribuições, desafios e perspectivas futuras do processo de construção de um desenvolvimento que atenda aos reais anseios culturais do território amazônico.

2. CULTURA VIVA: UM BRASIL DOS DESSILENCIADOS

Quando se propõe a pensar a cultura também se dispõe a rever o papel do homem em sociedade. Eis, pois, a designação cultura viva, uma vez que implica a força dinâmica de construção da realidade, nela estando imbricados modos de fazer mundos. Essa multiplicidade das culturas num Brasil de enormes diversidades e diferenças traduz a necessidade que a cultura tem de ser uma “cultura no plural”.

Parte-se, então, do entendimento de pluralidade cultural, para estabelecer uma base ideológica que suporte a ideia que diz respeito aos diferentes grupos e culturas que compõem as diferenças étnicas. Por conseguinte, esta pluralidade tem como principais características: o incentivo do convívio de diversos grupos; um fator de enriquecimento cultural; respeito às diferenças; valorização das diferenças culturais e, ao mesmo tempo, da própria identidade cultural e regional; e um modo de lutar por um mundo em que o respeito às diferenças seja a base de uma visão de mundo cada vez mais rica para todos.

Essas são algumas questões importantes que permeiam o século XXI e suscitam uma reflexão, já que as culturas humanas criaram modos de viver coletivamente, de organizar a vida política e de se relacionar com o meio ambiente, formas de trabalho, distribuição e troca dos produtos que fabricam. Por outro lado, os grupos culturais desenvolveram linguagens, as manifestações artísticas e as religiosas, como também criaram mitos, regras morais, modos de se vestir e habitar. Por esse viés é que a ideia de pluralidade cultural indica que as experiências humanas acumuladas são patrimônios da humanidade, já que promovem a força viva na vida do homem, de diferentes maneiras, qualificando o existir socialmente e o dever para a humanidade. Mediante a Pluralidade Cultural, abrem-se as possibilidades de rever os seguintes aspectos: preconceito, racismo, indigenismo, negritude, imigração, religiosidade (como o judaísmo, o catolicismo, os protestantes, o islamismo) etc.

O Cultura Viva faz parte do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, criado e regulamentado pela Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004 (BRASIL, 2004). Este Programa inaugura uma nova forma de fazer Política Pública de Cultura, no Brasil, por meio do apoio a iniciativas culturais denominadas Pontos de Cultura. Além disso, busca o fortalecimento e o reconhecimento de ações expressivas no Brasil).

A concepção do Programa é baseada no tripé: autonomia, protagonismo e empoderamento social. Em essência, busca o reconhecimento de um Brasil antes relegado aos dissabores do esquecimento. A autonomia está baseada na capacidade da sociedade civil de tomar decisões e implementar ações conforme os recursos disponíveis. Já a ideia de protagonismo surge a partir do autoconhecimento dos sujeitos que intervêm em suas realidades; e, no sentido de que os Pontos de Cultura podem provocar transformações que desencadeiam mudanças, nos campos social, econômico e político, denomina-se de empoderamento social.

O Ministro da Cultura, Gilberto Gil⁵ deu uma importante definição ao Programa Cultura Viva:

Um programa de vanguarda das políticas públicas do Estado, ao reconhecer na sociedade e nas diversas expressões regionais e estéticas, a força necessária para revelar os 'Brasis' ocultos ou excluídos. [...] Há manifestações de resistências, beleza guerreira e afirmação de respeito que não saem nos jornais, revistas, rádios e tevês. Estes Pontos de Cultura são realidades que agora se mostram e se cruzam com a força autêntica da cultura feita por quem a vive. (BRASIL, 2009, p. 58)

O Programa ressalta, ainda, a perspectiva de fortalecimento de redes de cooperação cultural e de diálogos, culturais/interculturais, na fala de Célio Turino,

Com o Cultura Viva, vamos experimentar uma outra alternativa, o desenvolvimento aproximado entre Pontos de Cultura. Nossa idéia é que a troca, a instigação e o questionamento, elementos essenciais para o desenvolvimento da cultura, aconteça num contato horizontal entre os Pontos, sem relação de hierarquia ou superioridade entre culturas [...]. Uma troca entre iguais que aprendem entre si e se respeitam na diferença. (TURINO, 2005, p. 137)

A troca entre iguais que se respeitam nas diferenças baseia a concepção de diálogos culturais/interculturais, na perspectiva de Coll (2006). Quer dizer, existe uma interculturalidade – um encontro de culturas – que fortalece a importância da relação entre os diferentes, isto é, estabelece-se o respeito sobre a forma como cada cultura fundamenta e desenvolve sua maneira de lidar e de se situar na realidade. Um conceito como esse, por sua vez, amplia a apreensão

⁵ Ministro da cultura, no período de 2003 a 2009, durante a gestão do Presidente Lula (Luís Inácio Lula da Silva – 2003 a 2010). Disponível em: <<http://www.brasilcultura.com.br/noticias/gilberto-gil-foi-o-primeiro-artista-nomeado-ministro-da-cultura/>>. Acesso em: 20 set. 2014. (BRASIL, 2012)

conceitual de cultura, para além da simples dimensão da realidade social, mas como “modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade, e não apenas as artes, o folclore e as crenças” (COLL, 2006, p. 28). Tal como Certeau (2012), Coll (2006), parece influenciar artistas, historiadores, educadores, filósofos e cientistas brasileiros, no processo de reflexão e construção de diferentes formas de pensar a cultura. É por este viés que o Cultura Viva parece reforçar a sua fase inicial, dando a importância do respeito às diferenças e do intercâmbio como molas propulsoras do desenvolvimento desse processo cultural tão carente de melhorias.

Pois bem, essa reflexão é muito instigadora para se repensar a experiência local. Ainda mais se considerarmos a trajetória do Programa Cultura Viva, como um momento de extrema importância para os movimentos sociais e culturais, no Brasil e na América Latina, já que este culminou com a recente aprovação da Lei Cultura Viva (BRASIL, 2014) A referida lei transforma o Programa de Governo em uma Política de Estado, reivindicada através de lutas populares, levantada pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC)⁶ e pelos movimentos sociais brasileiros.

Vale ressaltar que o Cultura Viva não se constitui em uma via única para se estabelecer uma política pública de cultura contemporânea. Outros mecanismos apontam para o processo de democratização da cultura, os quais estão sendo implementados pelo governo federal e absorvidos pelos governos municipais e estaduais, com base na escuta da sociedade, por meio de Fóruns, Teias de Cultura,⁷ Conferências de Cultura e Conselhos; além das novas diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, para estimular a implantação dos planos municipais e estaduais de cultura, criando o Sistema Nacional de Cultura e, com este, o Plano Nacional de Cultura – PNC, Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010).

Esta lei define as diretrizes das políticas públicas de cultura para os próximos dez anos. Nota-se ainda que estão presentes: o Programa Mais Cultura, conhecido como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC da Cultura; o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – PROCULTURA (PL nº 6722/2010), com alternativa para corrigir distorções das leis de

⁶ Rede de Pontos de Cultura do Brasil, formada por representantes de pontos de cultura de todos os Estados brasileiros e grupos de trabalho temáticos, criada para fortalecer as conexões entre governo e sociedade. Disponível em: <http://pontosdecultura.org.br/post_tag/cnpdc/>. Acesso em: 20 set. 2014.

⁷ As Teias de cultura são encontros periódicos de pontos de cultura, realizados nos âmbitos estadual, regional e nacional, para promover o diálogo sobre o Programa Cultura Viva, possibilitando o intercâmbio entre iniciativas oriundas de todos os cantos e Estados brasileiros. As Teias têm o apoio dos governos estaduais e federal.

incentivo fiscal, sobretudo ao fortalecer o Fundo Nacional de Cultura – FNC; o VALE-CULTURA, enquanto primeira política pública voltada para o consumo cultural (BOGÉA, 2014).

Com base nessas diretrizes, é importante reconhecer que os processos de conquista foram marcados por diversos conflitos entre governo e sociedade, chegando a situações de extrema tensão nas relações sociais. Daí destacamos o período entre 2011 a 2013, como um momento em que se vivenciou um quase desmoronamento do Programa Cultura Viva – no início da gestão da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Um possível desmonte do Programa assombrou os militantes dos pontos de cultura, que resistiram e persistiram nos seus micro e macroterritórios, em diálogos e pressões coletivas, em reuniões exaustivas com o Ministério da Cultura, que parecia não ser o mesmo de outrora. As avaliações da nova gestão do MINC,⁸ baseadas em estudos do IPEA,⁹ apontavam a necessidade de promover importantes alterações no Programa, gerando uma proposta de Redesenho do Programa Cultura Viva, que não atendia aos anseios dos pontos de cultura.

Poder-se-á então dizer que as relações de poder se confrontaram, em função de uma luta propriamente simbólica. Tais conflitos tornaram-se parte integrante dos processos de diálogo, seja pelas diferentes posições ideológicas e políticas existentes; e/ou pela tentativa de um grupo se sobrepôr ao(s) outro(s). No entanto, o simbólico passou a ser um elemento importante, mediante o processo de integração social e de consenso, já que os instrumentos de conhecimento e de comunicação exerceram poder simbólico na construção da realidade que estabeleceu uma ordem, daí a proposição bourdieuniana:

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 2012, p. 11)

Com efeito, a Lei Cultura Viva passa a representar o “simbólico consensual” entre os diferentes agentes sociais envolvidos, vindo a estabelecer uma nova ordem, que se apresenta aos interesses comuns, no campo do poder simbólico, e que, no conjunto, agrega grupos sociais de posições ideológicas diversas. Se para Bourdieu (2012), o poder simbólico é esse poder de

⁸ Durante o período, o Ministério da Cultura foi assumido por Ana Maria de Holanda (gestão 2011-2012).

⁹ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A publicação **Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões** reúne o material produzido no âmbito da segunda avaliação do Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva, com o objetivo de produzir uma reflexão crítica e avaliativa a respeito do que foi realizado pelo programa, ao logo de seus sete anos. (IPEA, Coordenação de cultura, Brasília, DF, 2011. 261p.)

construção de uma nova realidade que tende a estabelecer o sentido imediato do mundo, para a Lei Cultura Viva, esse poder tem o sentido de homogeneizar e tornar possível o consenso entre os grupos.

Tais relações foram tensionadas e importantes, já que as lutas foram desencadeadas pelos movimentos sociais e pontos de cultura, no desafio de buscar incessantemente soluções para a consolidação do Programa. Antes, em abril de 2010, uma campanha nacional já havia tomado conta das ruas, em prol da Lei Cultura Viva. Em Marabá, vários pontos de cultura, aliados a outras iniciativas culturais, sob a orquestração do Galpão de Artes de Marabá (GAM) e da Comissão Paraense de Pontos de Cultura, se reuniram em audiência com a Câmara Municipal de Marabá e com a imprensa local. De forma concomitante, realizavam-se ações integradas, nas ruas, praças, associações de bairro, na campanha intitulada *Cultura Viva, apoie essa iniciativa!*

Durante todo o processo de tramitação do projeto de Lei Cultura Viva, a Comissão Nacional de Pontos de Cultura estimulou a articulação e a mobilização de deputados federais e senadores, além da organização de caravanas de pontos de cultura, oriundos de diversas regiões do país para reunirem-se em Brasília/DF, reforçando a luta. Em 2013, com destaque para a realização 1º Congresso Latino-Americano Cultura Viva Comunitária, na cidade de La Paz, Bolívia, que se institui como o símbolo de resistência dos movimentos sociais e pontos de cultura, extrapolando fronteiras brasileiras, para inspirar políticas de cultura na América Latina (BOGÉA, 2014).

Tantos foram os movimentos que se organizaram para influenciar nas decisões políticas. Disso resultou, em 2014, a aprovação da Lei Cultura Viva. Nasce uma nova esperança de retomada de um rumo, na consolidação de uma democracia cultural brasileira, implicando, portanto, em desafios, diálogos, confrontos e outras formas de vivenciar a ocupação do território amazônico.

3. DIÁLOGO INTERCULTURAL E DESAFIOS NO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

O alto fluxo migratório presente no processo de ocupação da Amazônia, mais especificamente do sudeste do Pará, tendo Marabá como cidade polo da região, torna as relações sociais no território um tanto mais complexas. Seja pela política de intervenção territorial, imposta pelos sucessivos governos brasileiros, com foco no desenvolvimento da economia extrativista e no avanço do capital internacional; seja pelos desafios de se estabelecerem diálogos

interculturais entre os diferentes atores culturais, que por aqui vivem, convivem, passam ou se integram à vida do lugar.

Nessa perspectiva, o território como lócus do paraíso, do inferno, da luxúria, do misticismo, do exotismo, do paganismo, do desmedido, da sensualidade, da preguiça, arde como um espaço de um:

território Amazônico [que] vem sendo desisolado por uma estratégia de ocupação, sem que possa definir um horizonte que seja de iniciativa de sua sociedade [...]. O Estado imprimiu uma política desenvolvimentista que tem sido considerada uma das principais causas das agressões a essa cultura. (LOUREIRO, 2005, p. 209)

Tal problema, caracterizado por Loureiro (2005), implica a política que vem sendo desenvolvida no território, pois apresenta o menosprezo evidente da cultura local, tratando-a como inferior. Nesse processo, a conversão dos atores culturais em coadjuvantes ou espectadores de um novo processo dito mais civilizado, imposto por outras culturas dominantes, subordina e faz crer que a cultura é primitiva e que precisa ser atualizada. Por outro lado, a comunidade regional amazônica tem a capacidade de se organizar e resistir, na busca de manter vivos os seus sentimentos e valores arraigados à natureza. É com esse sentimento de pertencimento à região amazônica, mais especificamente à região sudeste do Pará, que designamos o termo Amazonidade Paraense. Caracterizada por uma riqueza cultural existente na prática histórico-social, porém submersa na grandeza da Amazônia. É uma amazonidade que sente, cheira, vive e abraça a diversidade, de forma espontânea e simples, mas que também sabe resistir para resguardar a sua cultura.

O caráter dessa amazonidade dirige-se a todo um conjunto de formas que se referem à natureza e ao corpo social. É um caráter coletivo e envolve responsabilidades para com toda a dimensão humana. Nesse sentido, a realidade amazônica e o seu imaginário representam a expressão simbólica de maior peso de sua manifestação política, profunda e original. No entanto, a ausência de uma política pública local de cultura modifica os anseios da comunidade local, já que deixa sem critérios os caminhos capazes de uma dinâmica cultural, desfavorecendo o protagonismo social com base nessa amazonidade.

É nesse cenário que o Galpão de Artes de Marabá (GAM) foi concebido, em 1997. Nasce como uma estratégia de representação de um grupo que acredita nessa amazonidade, que tem a marca da sobrevivência e a prática de resistência cultural. O GAM buscou a integração de atores

aqui estabelecidos, respeitando suas especificidades culturais, construindo uma alternativa de desenvolvimento baseada na cooperação mútua e na valorização da diversidade e da pluralidade cultural.

Pode-se dizer que o Ponto de Cultura GAM surge para representar uma trajetória que implica reconhecimento e apropriação de conceitos que foram importantes para se repensar o movimento artístico cultural de modo estratégico. Distinguindo-se posturas quanto aos sistemas de fatos e de representação recoberto pelos conceitos de autonomia, protagonismo e empoderamento social. Assim como também experimentou conceitos contemporâneos de cultura e interculturalidade, abraçando todas as ações do cotidiano de sua comunidade tão diversa. Possibilitou o diálogo contínuo entre os diferentes, prezando pelo respeito mútuo e a diminuição das desigualdades. Justifica-se aqui a concessão do Prêmio Asas, pelo MINC, em 2009 via Edital n° 5, de 11 de novembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Botelho,¹⁰ coordenador do GAM, explica a expectativa do movimento artístico desencadeado no interior do Galpão:

– Os movimentos artístico-culturais buscam formas de manifestações pacíficas, de luta e resistência, pautada pela construção de uma consciência coletiva por meio de ações culturais integradas que possibilitem a transformação dessa realidade a partir do diálogo e da sensibilização dos poderes instituídos e do fortalecimento da autonomia, protagonismo e empoderamento dos grupos e organizações culturais da região. (BOTELHO, entrevista oral, 2011)

Fica claro que a influência do GAM na construção de políticas públicas capazes de atender as necessidades da comunidade é proveniente do diálogo pautado por uma consciência coletiva, que possibilita o fortalecimento da autonomia, o empoderamento e o protagonismo social dos grupos e organizações culturais locais. Esse interesse do GAM desencadeou uma diversidade de ações, entre os anos de 1998 a 2011; daí resultou a organização de grupos e a criação de associações artísticas e de empresas de produção cultural colaborativa¹¹ (BOTELHO; SANTOS FILHO, 2012). A iniciativa do GAM foi importante na criação da Rede Carajás de Cooperação Cultural (Rede Carajás), projeto aprovado via edital de seleção dos Pontos de

¹⁰ Antônio Nunes Botelho Filho é artista visual, arte educador, precursor dos movimentos artístico-culturais em Marabá, Pará. Coordenador do Galpão de Artes de Marabá. Reconhecido como Griô Aprendiz, junto ao MinC em 2009; e pela sua comunidade, por meio de prêmios e menções honrosas concedidas por órgãos públicos. Destaco entrevista realizada em 15/6/2011.

¹¹ Associação dos Artistas Plásticos de Marabá (ARMA), Associação de Músicos e Artistas do Sul e Sudeste do Pará (AMASP), Associação dos Artesãos de Marabá (Mãos e Artes), Associação dos Fotógrafos do Sul do Pará (ASFOSSUPA) e empresa Tallentus Amazônia (BOTELHO; SANTOS FILHO, 2012).

Cultura do Pará (2008), como uma estratégia de enfrentamento das dificuldades vivenciadas nas relações interculturais e intermunicipais no território sudeste paraense. A iniciativa possibilitou uma aliança entre grupos de artistas e empreendedores culturais, residentes em 12 municípios da região de integração Carajás.¹² A experiência da Rede Carajás estimulou atores de diferentes municípios na construção de alternativas, a partir do conhecimento da realidade e de suas demandas individuais e coletivas, atuando em cooperação mútua, a partir de diálogos interculturais e reflexões sobre a construção de políticas públicas de cultura mais eficazes para a Amazônia. No período de 2009 a 2011, ocorreram: o Fórum de Cultura Solidária da Região Carajás – Rios de Encontro (2009); o mapeamento de empreendedores culturais e a formação em gestão de comunicação e redes (2009-2010); o mapeamento das artes visuais (2010-2011); as rodas de diálogos, em eventos regionais, nacionais e internacionais, tais como a Teia Amazônica de Pontos de Cultura (2010), o Fórum Social Mundial (2009), o Congresso Mundial IDEA 2010; e outros intercâmbios entre Pontos de Cultura (BOTELHO; SANTOS FILHO, 2012).

O GAM e a Rede Carajás tornaram-se reconhecidos por órgãos governamentais, como a Câmara Municipal de Marabá, o Ministério da Cultura, a Fundação Nacional de Artes, e por organizações sociais atuantes nacional e internacionalmente; seja por meio de títulos e prêmios concedidos, e/ou por publicações e participações de seus membros em encontros culturais realizados por órgãos oficiais de governos e empresas. Daí alimentou-se um projeto de pontão, nomeado Pororoca da Cidadania (Aprovado. Não conveniado. Edital nº 4, de 17 de julho de 2009), que expandiria as ações da Rede Carajás a todos os territórios de cidadania do sul e sudeste do Pará.

O GAM parece cumprir um importante papel de articulador e propulsor do desenvolvimento artístico-cultural nesse pequeno território de Marabá e sudeste do Pará. Suas múltiplas ações têm contribuído de forma significativa no processo de fortalecimento dos atores locais e na busca de soluções para os problemas que os cercam. Isto é o que vimos a partir de reflexões de diferentes personalidades que, em algum momento, vivenciaram ou se entrelaçaram

¹² Região de Integração Carajás – divisão político-administrativa criada pelo Governo do Estado do Pará, Secretaria de Integração Regional – SEIR. Composta por 12 municípios do sudeste paraense, aglutinados levando-se em consideração características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade, interdependência econômica, índices de desenvolvimento e acesso à infraestrutura econômica e social (SEIR, 2010).

às ações do Ponto. Nestas reflexões, Dan Baron,¹³ fala das contribuições culturais vivenciadas no interstício do espaço GAM.

Passado de pai para filho, a arte da engenharia à arte da identidade, exposta nas entranhas, nos telhados, nas paredes, o Galpão busca as artes que possam transformar a vida de crianças, adolescentes, artistas e comunidade de um território, afogado nas mazelas labirintuosas que a história inundou. (BARON, 2008).

Baron faz um paralelo entre a era da industrialização (1970), quando o Galpão de estrutura metálica foi construído, pelo Mestre Botelho,¹⁴ artesão e engenheiro autodidata, reconhecido como Mestre de Cultura (Ação Griô. MINC, 2009); e a era em que o Galpão se torna palco de manifestações artísticas, discussões e reflexões contínuas sobre as políticas culturais, na busca de valorização da identidade local (1997).

Armando Queiroz,¹⁵ em seu texto *Palavras, gestos e ações...*, dirige-se ao GAM, como: “àqueles que fazem e pensam a cultura desta região que foram avolumando-se, não somente em número, mas em qualidade criativa e disposição para o enfrentamento das dificuldades em comum” (BOTELHO, 2010). As palavras de Queiroz nos remetem à capacidade de diálogo, articulação e interação entre diferentes atores culturais, em torno do espaço GAM, que se unem na busca de alternativas para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no território.

Já Turino, ao referir-se ao GAM, o define como “um ponto de civilização e respeito à criação e à arte, à humanidade” (TURINO, 2009, p. 117). Este respeito à criação e à arte, de que trata Turino (2009), é facilmente percebido pelas pessoas que frequentam e se relacionam com o Ponto de Cultura GAM, como, também, a capacidade de absorção dos princípios que os cercam, em função do respeito à humanidade, pelos diversos atores que circulam e interagem com o espaço.

No entanto, ainda são muitos os desafios a alcançar. O exercício do respeito à diversidade e às diferenças é contínuo e nem sempre ocorre de forma harmoniosa. Com a recente aprovação

¹³ Artista, arte educador, País de Gales. Foi Coordenador da Aliança Mundial de Arte Educação, presidente da Associação Internacional de Drama/Teatro e Educação (IDEA). Reside em Marabá/Pará, onde dá continuidade ao projeto Rios de Encontro/Prêmio Nacional UNICEF 2011. Destaco trecho do projeto Rios de Encontro – Edital Interações Estéticas: residência artística em pontos de cultura, 2008.

¹⁴ Antônio Nunes Botelho (1920-2011), maranhense, nascido em Santo Antônio de Balsas (MA) foi chamado desde seus 18 anos, de Mestre Botelho, vindo a falecer aos 91 anos na cidade de Marabá (PA), onde viveu por 73 anos, ocupando cargo público, como vereador e prefeito, e participando da criação de várias organizações sociais.

¹⁵ Artista visual e curador paraense, residente em Belém (PA), convidado a contribuir com o mapeamento das artes visuais na região. O texto foi publicado no catálogo Rede Nacional Funarte de Artes Visuais, 7 ed. (2010, p. 33)

da Lei Cultura Viva, a expectativa é de que as relações entre os diferentes e/ou desiguais sejam munidas pelos princípios da tolerância e do respeito mútuo. Sabemos que, para tanto, se exige tempo e esforços individuais e coletivos dentro de um processo de transformação gradativa. No entanto, acreditamos que mais um passo foi dado na busca de uma realidade que se deseja, na esfera local e/ou nacional.

Considerações Finais

O governo brasileiro, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo no Ministério da Cultura, Gilberto Gil (2003-2009) e Juca Ferreira (2009-2010), inaugurou, com o Programa Cultura Viva, uma nova forma de pensar e agir sobre a cultura, evidenciando a força de uma identidade plural, estimulando o diálogo cultural/intercultural, reconhecendo a diversidade brasileira e a trajetória de inoperância do Estado, em relação ao atendimento dos anseios de uma massa populacional, periférica, antes relegada ao esquecimento e ao isolamento.

O Programa Cultura Viva, visto enquanto uma política pública ainda em construção, rompe com velhos paradigmas de desenvolvimento, pautados num modelo imposto de “cima para baixo”, para atender aos interesses econômicos de grupos dominantes, dando lugar ao exercício de uma nova forma de pensar e se relacionar com as diferentes culturas ideológicas, econômicas, políticas e artísticas.

A Lei Cultura Viva configura-se como um avanço na garantia do processo em construção de políticas públicas capaz de atender a essa diversidade e pluralidade da cultura brasileira. A apreensão da cultura no plural exige um exercício constante de respeito e valorização das diferenças, o que nem sempre se dá de forma tranquila; pelo contrário, geralmente se constrói a partir de diálogos tensionados pela própria diversidade. O desafio está justamente na capacidade de saber lidar com os conflitos entre os diferentes, na construção de uma sociedade plural. A Lei Cultura Viva reconhece o poder transformador dos Pontos de Cultura que vivem em suas bases territoriais, diferentes experiências perpassando a cultura pelas demais áreas de conhecimento, nos apontando caminhos para uma possível efetivação de uma política pública pautada nos interesses reais da sociedade.

O Galpão de Artes de Marabá cumpre com seu papel de impulsionador do diálogo cultural/intercultural neste pequeno território do sudeste paraense, tornando-o um instrumento a

serviço do enriquecimento e do conhecimento mútuo entre as diferentes culturas que constituem esse universo amazônico. Busca alternativas de atuação em redes de cooperação cultural, exercitando o respeito às diferenças e estimulando a autonomia e o protagonismo de seus pares, na perspectiva de que os criadores e produtores de bens simbólicos passem a ocupar lugares onde possam participar, de forma efetiva, nas decisões que impactam seu território e suas vidas.

Nessa amazonidade, a comunidade alcança o diálogo cultural/intercultural, respeitando e valorizando a diversidade do território. Possivelmente, devido aos processos migratórios a que foram submetidos, ao longo de sua história, apreenderam os significados das diferenças culturais, sem, no entanto, deixarem de lutar pelo reconhecimento de si, por si e pelo outro.

Por outro lado, observam-se potencialidade e fragilidades nos processos de luta, até então desencadeados por iniciativas de indivíduos, grupos e organizações sociais que atuam de forma isolada e ou em redes de cooperação. Ainda não se tem clareza sobre os reais fatores políticos, econômicos e sociais que dificultam a implantação de uma política pública de cultura local, capaz de atender, minimamente, às expectativas das comunidades. Consequentemente, travam-se lutas que parecem não atingir seus objetivos imediatos, mas que, certamente, compõem processos capazes de ampliar suas perspectivas de mudança da realidade.

O GAM tornou-se uma referência não apenas de luta e resistência cultural, neste recorte territorial amazônico, mas sua marca já suscita reflexões a respeito da importância da integração, da colaboração, da autonomia, do protagonismo, do empoderamento, de diálogos interculturais e do respeito à diversidade e à pluralidade.

Finalmente, o Brasil vive um dos pontos do ápice dessa história que ainda tem muito a contribuir com os movimentos culturais brasileiros, desde que estes continuem sempre atentos aos percalços do caminho, principalmente no que tange à interferência dos interesses contrários a outra lógica de desenvolvimento cultural, construída com base nos anseios da sociedade.

Referências

BOGÉA, Eliana. *A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar local*/ Eliana Bogéa, – Ananindeua, PA: Ed. do Autor, 2014.

BOTELHO, D. A.; SANTOS FILHO, A. S. Interação Colaborativa em Rede Cultural na Amazônia. In: _____. (Orgs.). *Política para as artes: prática e reflexão*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012. p. 200-213.

BOTELHO, D. A. Texto: Carajás Visuais. In: Rede Nacional Funarte Artes Visuais 2010/7ª edição. FUNARTE, 2010. p.32-35.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 322p.

BARON, DAN. C. *Projeto Rios de Encontro* – Edital Interações Estéticas: residência artística em pontos de cultura. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Relatório do Brasil 2012. 1ª edição.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Cidadania Cultural. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: Novos Mapas Conceituais. Pirenópolis, GO. 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Programas e Projetos Culturais. EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 05, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2008. Prêmio Asas. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/edital-premio-asas_final4.pdf/b79ddafd-37af-4529-a279-6c306b41c881. Acesso realizado em 20.09.14.

BRASIL. Almanaque Cultura Viva. Brasília, DF: Secretaria de Cidadania Cultural/MINC, 2010a. p. 218-223.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso realizado em 20.09.14.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Atos2011-2014/2014/Lei/L13018.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2011-2014/2014/Lei/L13018.htm)>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/12916/portaria-156-de-2004.pdf/2389bd2c-52f9-409f-9309-04e8890e0946>>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 6722/2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=465486>

BRASIL. Cultura. Gilberto Gil foi o primeiro artista nomeado ministro da Cultura. Publicado em 27/06/2012. Disponível em: <http://www.brasilcultura.com.br/noticias/gilberto-gil-foi-o-primeiro-artista-nomeado-ministro-da-cultura/> Acesso realizado em 20.09.14

CNPdC. Pontos de Cultura. Disponível em: <http://pontosdecultura.org.br/post_tag/cnpdc/>. Acesso em: 20/09/2014.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7 ed. São Paulo: Papyrus, 2012. 253 p.

COLL, A. N. Proposta para uma diversidade cultural Intercultural na era da globalização. 2 ed. rev. São Paulo: Instituto Polis, 2006.

LOUREIRO, J. J. P. Cultura Amazônica: uma diversidade diversa. In: LOPES, Antônio Herculano; CALABRE, Lia. (Orgs.). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Edição Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 203-218.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional (SEIR). Atlas de Integração Regional. Belém, PA: SEIR, 2010.

PARÁ. FOLHA DO BICO. Galpão de Artes de Marabá é premiado pelo MINC. 2010. Disponível em: <<http://www.folhadobico.com.br/03/2010/para-galpao-de-artes-de-maraba-e-premiado-pelo-minc.php>>. Acesso em: 20 set. 2014.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo pra cima*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2009. 256 p.

TURINO, Celio. Por uma cultura viva desescondendo o Brasil profundo. Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_15/15_ppc_CelioTurino.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014